



*Conceição de Maria Lages Rodrigues*  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

**Assunto:** Projeto de Decreto Legislativo nº 06/2023

**Autor:** Dep. Pablo Santos

**Ementa:** Concede o título Cidadão Honorário Piauiense ao médico **Dirceu Hamilton Cordeiro Campêlo**, e dá outras providências.

**Relator:** Dep. Nerinho

**I – RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo que visa, em resumo, conceder título de cidadão Piauiense ao **médico Dirceu Hamilton Cordeiro Campêlo**.

A concessão de título de cidadão piauiense é o reconhecimento de todo o povo deste Estado ao trabalho e dedicação do homenageado que contribuiu prestando aos piauienses.

**Dirceu Hamilton Cordeiro Campêlo** é natural de Caruaru-PE. Estudou o ensino fundamental e ensino médio no Instituto Dom Barreto, fez graduação em medicina e residência em Clínica Médica, na Universidade Federal do Piauí e também possui residência em Hematologia e Hemoterapia, pelo Hospital Israelita Albert Einstein (SP).

Sendo ainda, Fundador da Sociedade Brasileira de Trombose e Hemostasia e atua nas áreas de clínica geral, Hematologia, coagulação e trombose, assim como no transplante de medula óssea em Teresina-PI e na cidade de São Paulo-SP.

Atualmente é o Superintendente de Gestão de Média e Alta Complexidade (SUGMAC) da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI.

Devo ressaltar que a presente proposição é de suma importância na medida em que reconhece, em tempo oportuno, como cidadão piauiense de fato e de direito ao **médico Dirceu Hamilton Cordeiro Campêlo**, nada mais que justo.

Contudo, devemos analisar os aspectos constitucionais e legais, observo que a proposição atende aos requisitos do artigo 75 da Constituição do Estado quanto a iniciativa, bem como requisitos estabelecidos nos artigos 27, V, “g”, 96, 97, 105 e 106 do Regimento Interno desta Casa quanto à constitucionalidade, juridicidade e legalidade.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**II- PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera:

Pelo acatamento do voto do relator (X)

Pela rejeição do voto do relator ( )

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO**  
**ESTADO DO PIAUÍ, TERESINA, 13 de Março de 2023.**

**DEP. NERINHO**  
**RELATOR**

APROVADO À UNANIMIDADE
EM, <u>21/03/2023</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<u>Justiça</u>